

# DE COMO LEMBRAR O SEMIÁRIDO E ESQUECER O SERTÃO

**Maria Lucinete Fortunato<sup>1</sup>**  
**Mariana Moreira Neto<sup>2</sup>**

## Introdução

*É na imanência da história que as identidades se constituem [...] é também ali que elas se desfazem.*

Michel Foucault.

Ao longo história, as questões que envolvem a região Nordeste tem sido debatidas sempre apontando esse espaço como uma “região problema”, já que guarda em seu conjunto os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país. O reconhecimento e a aceitação das condições sociais e históricas de produção dos discursos que cristalizam as imagens de “Sertão” e “Semiárido”, neste contexto, são enunciados importantes que permitem entender como as relações de força, os lugares sociais de onde se fala irão imprimir, historicamente, suas marcas.

Considerando que é na interseção entre história e identidade que a questão da memória é pensada como recurso fundamental para a produção do conhecimento histórico, Pierre Nora defende que uma das questões significativas da cultura contemporânea se situa no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Para ele, entre a história-objeto e a história-conhecimento, é esta última o contraponto da memória. Desse modo, defende que

*A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.<sup>3</sup>*

De acordo com essa compreensão, pode-se afirmar que, ao estabelecer conexões e descontinuidades, os discursos que caracterizam o Sertão e o Semiárido apreendem situações de cristalizações ou transformações que os estudiosos tem considerado com sendo de identidades, as quais são (re)elaboradas tendo como fundamento

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, Campus de Campina Grande.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras.

<sup>3</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, dez. 1993, n. 10, p. 9.

alguns lugares de memória.

Os binômios Sertão-Semiárido, seca-convivência, dependência-sustentabilidade, são enunciativos das polarizações que fundamentam a construção de uma interpretação histórica sobre a região semiárida, como um espaço de degrado, de inviabilidade social, mas, também, como um território de muitas possibilidades, cuja memória deve ser repensada e se reconstituir, por meio de experiências e vivências culturais, como continuidade entre passado e presente, a partir de um distanciamento crítico que ressignifique e/ ou reelabore a relação do homem com o meio, o protagonismo social, e/ ou o desenvolvimento regional entre outros.

Assim sendo, os discursos sobre a convivência, à medida que repensam o espaço Sertão, ressignificam e cristalizam uma memória que o redimensiona. Nessa perspectiva, elege-se para o Semiárido a viabilidade da sustentabilidade, de uma convivência com as peculiaridades e especificidades da região, operacionalizando um deslocamento da memória, já cristalizada no imaginário social, do “Sertão” ausente de possibilidade de vivência e pressupondo novas formas, estratégias e táticas de lidar com este ambiente, suplantando os territórios rurais que sempre foram traços característicos da elaboração de memórias sobre o Sertão e lidando com uma nova dizibilidade que envolve também as cidades e centros urbanos que se inserem no Semiárido.

Contudo, ao tempo em que tentam construir um novo quadro sobre a região, os discursos da convivência evocam exatamente a memória que cristaliza uma identidade sobre o Sertão, cuja tessitura se pauta em enunciados como: seca, miséria, dependência, atraso econômico, relações de poder fundamentadas em práticas clientelísticas e oligárquicas. Tal memória é compreendida como uma lembrança que deve ser refutada para dar espaço à outra conformação, por meio da qual só o desenvolvimento de práticas institucionais deliberativas e de maior representatividade da população e o controle social passam a ser considerados como viabilizadores de mudanças das relações de poder e de afirmação do protagonismo social.

Este artigo problematiza os deslocamentos que se operacionalizaram nas memórias que cristalizaram uma identidade sobre o Sertão, a partir das mudanças que se instituíram no final do século XX, por meio do discurso da convivência, como forma de criação de novos lugares de memória para identificar o Semiárido.

### ***De como lembrar o Sertão***

Na virada do século XIX para o século XX, a associação entre o clima e a miséria da região Nordeste ganha contorno e assume uma postura identitária. As constantes secas, já descritas por muitos como terríveis e arrasadoras, passam a ser apontadas como a razão da miséria encontrada na região. Nesse cenário, passa a se configurar como característico do Sertão tudo o que traz a marca da seca e tudo que a ela se associa como: a fome, o degrado, a miséria, a desterritorialização, etc. Institucionalizada como problema, a seca emerge em discursos diversos que passam pela imagem da dependência, do subdesenvolvimento, de relações clientelísticas. E, sobretudo, como uma determinação da natureza que obriga homens e bichos ao exercício da resignação ou da arribação.

Essa “identidade” vai ser preponderante por quase toda a primeira metade do

século XX, registrando-se que, para elaborá-la, são anotadas apenas referências a uma região espacialmente indefinida, onde a frequência das secas traz para a superfície um povo governado pelo seu próprio destino ou atrelado aos interesses e determinações de alguns senhores que assumem, de forma não institucional, uma autoridade “soberana”. Esse discurso, baseado em um encadeamento simples de causas naturais e efeitos sociais, ganha dimensão de verdade e é logo popularizado. Desse modo, o que vem a mente quando se pensa em Nordeste, e mais especificamente em Sertão, é uma região abandonada, seca e desprovida de beleza, com baixos níveis de densidade populacional, devido ao clima semiárido e à vegetação de Caatinga. Cristaliza-se, então, uma memória social que, ao longo do século XX, assume várias nuances, mas a base dedutiva causal é sempre a mesma: seca/atraso.

A imagem que se institucionaliza sobre o Sertão também é construída como contraponto a outro Nordeste, litorâneo, úmido e chuvoso, emergindo em discursos diversos, perpassada pelas ideias da dependência e do subdesenvolvimento; de modo que as políticas de combate à seca e as relações clientelísticas se configuram como as únicas soluções para minimizar a inviabilidade social e climática desse espaço.

*O discurso da seca, ‘traçando quadros de horrores’, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem ‘todos os Estados sujeitos a este fenômeno climático’. A descrição das ‘misérias e horrores do flagelo’ tenta compor a imagem de uma região ‘abandonada, marginalizada pelos poderes públicos’. [...] Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofredor.<sup>4</sup>*

De acordo com essa compreensão, os desdobramentos econômicos, sociais, humanos e culturais do fenômeno climático vão ser o cenário onde frutificam imagens e dizeres unificados acerca de quais territórios e em quais fronteiras discursivas se institui o espaço sertanejo.

A presença da seca como principal enunciado caracterizador do Sertão se faz sentir, pois, em diversos discursos que fundamentam a imagem dessa região, uma vez que

*ao se considerar ‘o espaço [como] um lugar praticado’, o sertão e a seca, sobretudo a sua instrumentalização, são reelaborados como tática de disputa de poder e passam a ser, sobretudo, a partir do final do século XIX, o discurso que referencia o retirante em busca de novas terras e o feliz fazendeiro que, bafejado pelas graças e benesses do Estado, defende a seca como doença que precisa ser combatida com os lenitivos proporcionados pelas obras hídricas (açudes,*

---

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 59.

*barragens, transposições, irrigações).*<sup>5</sup>

No que diz respeito à instituição das políticas governamentais de “*combate à seca*” e, no seu curso, com a ação fundante da chamada *indústria da seca* e sua apropriação pelos sujeitos sociais e históricos que habitam o espaço sertanejo, a solução sugerida é a criação das bases de uma nova economia que apresente capacidade para autogerar as forças de seu próprio crescimento, com o desenvolvimento de uma nova agricultura que inclua,

*[...] desde a abertura de grandes frentes de povoamento em terras públicas, na direção da Amazônia, até a criação de nova agricultura de base familiar na zona açucareira, passando por ampla irrigação das bacias dos açudes e outras áreas na região semi-árida; ao lado [de] uma multiplicidade de programas de caráter social, cujo objetivo é trazer para a maioria da população do Nordeste uma imediata melhora nas condições de vida, abrindo novos horizontes de esperança àqueles que terão de aguardar por algum tempo os efeitos positivos das ações de maior profundidade.*<sup>6</sup>

A *invenção* do sertão se alimenta, assim, não só da institucionalização da seca, mas da sua compreensão como problema que precisa ser combatido, sobretudo a partir da intervenção estatal. É através não só da destinação de recursos públicos, mas, do controle, manipulação e reinvenção dos mesmos, pelas elites regionais, que se dá sustentabilidade à chamada *indústria da seca*. Uma *indústria* que tem como principal pressuposto a construção de grandes obras hídricas e a apropriação privada dos recursos públicos destinados à região, sobretudo, em momentos de registro de calamidades climáticas, já que as memórias desse espaço trazem as marcas de uma realidade predominantemente povoada pela dispersão, pelo ermo dos sertões secos e sem vida.

De acordo com essa perspectiva, os discursos sobre o Sertão referenciam as estiagens que, frequentemente, desestruturam e desorganizam a vida humana, econômica e social, e as políticas de *combate as secas*, traduzidas, sobretudo, nas grandes represas e açudes e em perímetros de irrigação, instituindo dizeres sobre este espaço, e produzindo lugares de memória. Neste sentido, também promovem o esquecimento das agruras e dissabores de um tempo de miséria e desolação, positivando lembranças configuradas em torno de uma realidade marcada pelos grandes açudes e barragens já construídos e que se anunciam com impulsionadores da “*resistência da economia do semi-árido, [que] de alguma forma [deve] incorporar a irregularidade climática ao viver de uma população preparada para enfrentar a seca*”<sup>7</sup>.

A literatura também constitui um campo discursivo que, de forma recorrente, corrobora com a memória da seca como imagem de desolação do sertão. Ramos,

<sup>5</sup> MOREIRA NETO, Mariana. *Da seca a convivência, do sertão ao Semiárido: enunciados e territorialidades*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010, p. 15.

<sup>6</sup> FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989, p. 115.

<sup>7</sup> FURTADO, *A fantasia...*, p. 75.

por exemplo, afirma que a sina do retirante “era correr mundo, andar para cima e para baixo, à toa, como judeu errante. Um vagabundo empurrado pela seca”<sup>8</sup>. Almeida reforça esse pensamento ao argumentar que,

*Ninguém pergunta ao retirante donde vem nem para onde vai. É um homem que foge do seu destino. Corre do fogo para a lama. (...) Baldara-se-lhe todo o heroísmo sertanejo. Ainda bem não se refazia de um cataclismo, sobrevinha-lhe outro. Horrendos desastres desorganizando a economia remanescente. O sertão vitimado: todo o seu esforço aniquilado pelo clima arrítmico, perturbador dos valores, regulador inconstante dos destinos da região.*<sup>9</sup>

Como se pode observar, nestes discursos, a identidade que se elabora do sertão é pautada pela ideia de um espaço que se apresenta como o avesso da vivência e de uma gente vitimada pelo clima. Produz-se, assim, uma memória unificada de um lugar que, na experiência das diversidades de paisagens, culturas, trocas e práticas econômicas, sociais e culturais, não se harmoniza com a convivência como forma de enfrentamento social dos problemas, necessitando de inferências externas para suprir e/ou perpetuar uma dependência considerada “natural”.

É com base nessa concepção que se observa a instituição de uma “identidade sertaneja”, principalmente, a partir da década de 30 do século XX, momento em que a seca começa a receber, por parte do Estado, um tratamento “planejado”, legitimando uma miséria que deve ser reelaborada pelas políticas governamentais dirigidas à região.

Essa visão unificadora se insere num conjunto de processos dinâmicos de cunho histórico e social que contribui significativamente para que os sujeitos sociais ao mesmo tempo em que o elaborem ou dele se apropriem, sejam influenciados no seu pensar e agir.

De acordo com essa compreensão, Abrantes defende que

*o próprio processo de construção da memória coletiva é, sem dúvida, um instrumento de inclusão de atores sociais tradicionalmente excluídos, no momento em que se valoriza sua participação na sociedade e os transforma em sujeitos produtores dessa memória.*<sup>10</sup>

Neste sentido, a memória que se elabora sobre o sertão se constrói de referenciais sobre o passado e o presente dos diferentes grupos sociais que aí habitam, ancorada na ideia de “tradição” e intimamente associada a mudanças culturais. Esse território é tido como inviável, uma vez que o espaço e a gente são eivados pelo sofrimento e pela sujeição, seja em relação à natureza, ou às condições econômicas e sócio-políticas.

Contudo, a partir dos anos 1980 do século XX, quando novos dizeres são

<sup>8</sup> RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 86. ed. São Paulo: Record, 2002, p. 19.

<sup>9</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 29-31.

<sup>10</sup> ABRANTES, Vera Lúcia Cortes. IBGE: retratos e relatos. In: VI Encontro Regional Sudeste de História Oral. *Anais...* Juiz de Fora: 2005, p. 111.

engendrados elaborando posturas diferentes para a vivência das relações sociais e de poder nesse espaço, operacionaliza-se um deslocamento da imagem do Sertão para a imagem do Semiárido, tendo como embasamento o desenvolvimento sustentável.

### **De como lembrar o semiárido**

A ideia da convivência se apresenta dentro de uma realidade atualizada em função de novos saberes e novas demandas do mundo atual. Sugere uma nova racionalidade para o Semiárido, fundamentada na perspectiva da sustentabilidade e que encontra nos movimentos sociais, em sindicatos e organizações não governamentais, o espaço próprio de sua elaboração e legitimação. Segmentos que, sobretudo a partir da década de 1980, passam a representar ou expressar interesses da sociedade até então negligenciados, visando reelaborar as relações de poder que se estabelecem e possibilitar a instituição de novas formas de convivência social, de processos educativos, culturais e políticos pautados nos princípios democráticos e na solidariedade como resistência política.

Nessa perspectiva, uma questão se coloca como essencial: o conhecimento do Semiárido Brasileiro a partir de um enfoque plural. Para tanto, são apresentadas como necessárias a ruptura com as relações de poder ditas conservadoras e a sugestão de formas mais horizontais de gestão das políticas públicas, sobretudo aquelas instituídas com o objetivo de amenizar as consequências que a irregularidade climática provoca na região semiárida do Brasil.

O documento final do Seminário – Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro – realizado em Recife, nas dependências da SUDENE, em maio de 1993, defende que:

*A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural.*<sup>11</sup>

Assim, a relação do homem com a região semiárida começa a ser pensada a partir do redimensionamento do lugar dos sujeitos e das imagens elaboradas sobre estes e o ambiente, como forma de superação de um passado marcado por desmandos políticos, e, simultaneamente, de construção de uma memória otimista que, desclassificando a memória que predominava até então, valoriza potencialidades e exige a busca por novas soluções que respondam, mesmo que em parte, às necessidades da região.

Nestes termos, a sustentabilidade e a convivência passam a ser consideradas como fundamentos dos programas e ações sociais interessados na melhoria das condições socioeconômicas da região, sejam estes desenvolvidos pela sociedade civil organizada ou pelo poder público. Impõe-se como referencial a construção de memórias que

<sup>11</sup> FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 5, *apud* DINIZ, Paulo César O. *Ação coletiva e convivência com o semi-árido: a experiência da articulação do Semi-Árido paraibano*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002, p. 44.

possam subsidiar alternativas que tornem possível o princípio da convivência com o meio, a formação social e política das pessoas, a melhoria das suas condições de vida e a elaboração de uma nova identidade para o “ser Semiárido”.

Busca-se, através da elaboração de projetos e de sua execução, no âmbito da educação, da ambiência ou do desenvolvimento sustentável, entre outros, abrirem caminhos para solucionar o problema da falta de água; das deficiências do sistema educacional e do acesso e uso dos recursos naturais; bem como, da geração de trabalho e renda, no intuito de amenizar: a falta de planejamento da produção, a resistência e insensibilidade de alguns representantes do Poder Público frente à realidade do povo e outros impasses.

Portanto, as memórias que são elaboradas são ancoradas: na ideia da convivência por meio da autonomia dos sujeitos sociais e na positividade de ações valorativas do espaço semiárido, incluindo, entre elas, as estratégias de guardar água da chuva e conservar as sementes nativas ou adaptadas à região. Memórias que ressignificam a convivência do homem com o meio em prol da melhoria da qualidade de vida e do protagonismo da população semiárida, corroborando com a ideia de que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”<sup>12</sup>.

Nesse contexto, ser habitante do Semiárido é ter uma cisterna de placa no “oitão” da casa, uma barragem subterrânea nos leitos de riachos, desenvolverem cultivos agroecológicos em seus roçados, participar de visitas de intercâmbio e, sobretudo, ser um multiplicador dessa ideia para que novas mentalidades sejam formatadas e os dizeres sobre a convivência se legitimem como verdadeiros e modelem a identidade do *ser Semiárido*<sup>13</sup>.

Ou seja, emergem dos discursos que elaboram a imagem do Semiárido, os traços de um espaço que se pretende definido e conhecido, circunscrito aos limites das diversas experiências, ações e engenhos relacionados e referenciados como adequados e recomendados para a conveniente operacionalização de relações sociais mais simétricas e prazerosas. A região é pensada para ser conhecida, por seus eventos previamente anunciados e antecipados, onde a população é estatisticamente quantificada, solos e plantas são classificados como resultantes de uma proposta que tenta se legitimar e se institucionalizar como possibilidade única e trilha exclusiva de produção de uma nova realidade.

Com base nessa concepção, a Declaração do Semiárido preconiza, em seus princípios, que a convivência é possível, pois,

*[...] homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; Que*

<sup>12</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 477.

<sup>13</sup> Para melhor compreensão da discussão sobre identidade, nos parâmetros aqui considerados, cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de: *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008; \_\_\_\_\_. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007; \_\_\_\_\_. *Nordestino: uma invenção do falo (uma história do gênero masculino - Nordeste, 1920/1940)*. Maceió: Catavento, 2003.

*toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas.*<sup>14</sup>

A importância da família como foco de atenção e de atuação do discurso da convivência também representa a possibilidade de que, através de um processo educativo informal, sinonimizado e experienciado em oficinas, capacitações, visitas de intercâmbio e inúmeras outras modalidades que se apresentam fartas nas experiências das entidades que trabalham com a proposta da convivência<sup>15</sup>, sejam transformadas em concepções de mundo, sejam aceitas e reproduzidas como procedimentos e comportamentos.

Portanto, o Semiárido que o discurso da convivência delimita, organiza e institui, embora redimensione a lógica econômica e político-social que viabiliza a ideia de sertão, se assenta no campo e sua gente, sobretudo na agricultura familiar, produtora de orgânicos, nas alternativas de captação, armazenamento e uso da água da chuva, na valorização dos saberes do povo, disseminados e reproduzidos nas capacitações, na educação contextualizada que organiza e define as fronteiras do Semiárido e as incute nas novas gerações. São formas novas de dizer uma região, pensando-a em suas especificidades, mas tentando inseri-la de maneira propositiva no contexto mais amplo da sociedade contemporânea e instituindo novas relações de saber/poder.

Desse modo, novos corpos não mais individualizados em sertanejos, mas coletivizados em gente do Semiárido, começam a ser moldados. Corpos, cuja identidade se cristaliza pelo modo de viver, a forma de pensar e enquadrar o mundo e de inserção nas políticas públicas. Uma gente conhecida, classificada, nominada e rotulada nas fichas das cisternas de placas, nos dados cadastrais dos bancos de sementes e dos sindicatos de trabalhadores rurais, nas relações de assentados dos órgãos públicos que coordenam programas de reforma agrária etc. Uma gente identificável, de quem se conhece como planta, como colhe, quais recursos hídricos deve utilizar, como se relaciona com a natureza da caatinga.

As memórias que são construídas, nestes termos criam condições para se pensar esse espaço de tal modo que:

*Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã.*<sup>16</sup>

Dessa forma, no discurso da convivência, o pressuposto da sustentabilidade é referenciado como essencial para a reelaboração de relações de poder-saber que,

<sup>14</sup> Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. Declaração do Semi-Árido, 2008, s/p.

<sup>15</sup> A exemplo da ASA, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB).

<sup>16</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2006, p. 308.

deslocando-se do tradicional discurso da dependência, procuram gestar novas possibilidades para o espaço do Semiárido, ancoradas na reflexão de questões como respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes, autogestão etc. Esses aspectos são destacados como essenciais para a elaboração da nova identidade tecida para este território a partir do desenho de fronteiras, da demarcação de linhas divisórias, da produção de saberes e dizeres sobre o que é *ser semiárido*, da formatação de corpos, da contextualização da educação. Enfim, da construção de uma realidade que, cristalizada na memória da população, contribua para a consolidação de uma cultura histórica, por meio da qual, o Semiárido seja pensado de forma homogênea tendo como contraponto, o avesso da ideia de Sertão, que precisa ser esquecida.

### ***Sertão e Semiárido: embate de memórias, lembranças e esquecimentos***

A disputa entre as memórias elaboradas para lembrar e esquecer o sertão e para lembrar o semiárido, se institui, sobretudo, como um embate travado pela afirmação da identidade desse espaço que ora se apresenta como inviável, ora como inovador e propiciador de um futuro promissor.

A partir dessa compreensão, a memória do Semiárido, como contraponto à memória do sertão, passa a assumir duas funções essenciais: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que os habitantes do semiárido devem ter em comum<sup>17</sup>. Neste sentido, quando se trata de elaborar uma identidade para o Semiárido, prima-se por uma aproximação entre a memória e as categorias “experiência” e “expectativa”. E, nesse processo, as memórias que remetem a idéia de sertão, ao passo que são evocadas como pejorativas, como lembranças que devem ser esquecidas, são colocadas em suspeição a partir da proposta de sua substituição por uma convivência possível, por meio de novas tecnologias designadas de sociais, em razão de sua considerada sustentabilidade e de sua simplicidade, “(...) voltadas para os problemas básicos do povo, manejáveis, facilmente replicáveis e controláveis pelas populações”<sup>18</sup>.

A memória do Semiárido que o discurso da convivência vem tecendo, assim como a memória do Sertão, se propõe homogênea e se apresenta a partir de um conjunto de enunciados, tais como: a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes neste território. Caracteriza-se a partir da associação entre lembrança e esquecimento e aponta para a necessidade de uma reflexão sobre as relações entre presente, passado e futuro, vinculando a memória que deve ser lembrada à identidade e às experiências e pensando-a como uma apropriação crítica do passado, como uma fonte provedora de recursos para a construção de um futuro possível, como cristalização de vivências culturais:

*Esse debate aponta para a compreensão de que na memória*

<sup>17</sup> Cf. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>18</sup> MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: CONFEA, 2007, p. 105.

*que se elabora para o ser Semiárido, se cruzam passados, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; demissões materiais e simbólicas; identidades e projetos [...] a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado [...].*<sup>19</sup>

Cria-se, com isso, uma cultura histórica que, ao tempo em que desqualifica a memória do Sertão, configura um Semiárido uno, com uma identidade fechada e desenhada a partir da perspectiva da convivência e da imagem de uma territorialidade compreendida não simplesmente como uma delimitação geográfica, mas, também, como demarcação de espacialidades e temporalidades que se instituem em termos físicos, simbólicos e culturais e cuja memória ganha dizibilidade e visibilidade com a apresentação das diversas tecnologias e dos inúmeros engenhos elaborados para estabelecer a relação harmônica entre homem e meio ambiente e determinar o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado.

É a partir destas condições de instituição que o discurso da convivência com o semiárido, as memórias que ele evoca e as que ele desqualifica, bem como as identidades que ele se propõe a instituir também deve ser pensado como um campo de disputas e de negociação gerado a partir de uma vontade e/ou da necessidade de se construir uma memória e uma história que se quer perpetuar e precisa ser problematizada em suas táticas e estratégias de homogeneização da temática da convivência e dos enunciados que a sustenta, assim como enquanto uma possibilidade entre outras de ver e de dizer o “Ser semiárido”. Que produz efeitos de poder e de saber.



## RESUMO

Nos discursos elaborados sobre o sertão e sobre a convivência com Semiárido, percebe-se a compreensão da necessidade de se valorizar os conhecimentos acumulados e as experiências dos sujeitos que habitam esse espaço para redimensionar as relações socioculturais e políticas e pensá-las enquanto formas de construção de saberes alternativos e desafiantes. Tais saberes se constituem, historicamente, como embate de formas de ver e dizer o ser Semiárido, em alguns pontos convergentes, em outros conflitantes. Com base nessa compreensão, problematizamos as memórias que cristalizam uma identidade sobre o sertão e os deslocamentos que se operacionalizam a partir da elaboração do discurso da convivência como forma de criação de novos lugares de memória para o Semiárido.

**Palavras Chave:** Memória; Sertão; Semiárido.

## ABSTRACT

In the speech elaborated about backwoods and coexistence with the semi-arid, they can percept the comprehension of the necessity of put on value to the background and the experience of the subjects that live in this place intending to size up the politic and socio-cultural relationships and think in them as mean of construction of alternative and defiant knowing. These knowing are constituted, historically, as an clash of way to see and saying about the semi-arid, in some converges points, in others conflicting. With this comprehension, we put in question the memories that crystallize an identifying about the backwoods and the dislocate that word from the elaboration of the speech of coexistence as a form of creation of new places of memories to the semi-arid.

**Keywords:** Memory; Backwoods; Semi-Arid.

<sup>19</sup> NEVES, Frederico de Castro. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p. 218.